



FLORESTA E OPINIÃO PÚBLICA

Este artigo foi inicialmente publicado no portal Florestas.PT



Nélia Aires
COLABORADORA TÉCNICA
DEPARTAMENTO FLORESTAL
naires@agroges.pt

Revendo o programa “Fronteiras XXI – Quanto Vale a Floresta?” transmitido na RTP em 16 de junho de 2021, deparei-me com um **artigo / entrevista muito interessante ao Luis Neves Silva**¹, do WWF, que começa com uma reflexão muito pertinente

sobre a noção que a sociedade em geral tem da floresta, e que passo a citar:

“Precisamos que as pessoas voltem a apaixonar-se pelo mundo rural e adotem novos estilos de vida, mas sem preconceitos. Ideias como que a agricultura intensiva é má, que a agricultura orgânica é que é boa, que o eucalipto é mau, que a floresta natural é que é boa. Precisamos de pessoas descomplexadas e dispostas a inventarem uma sociedade da sustentabilidade.”

Ora esta reflexão está na base deste meu artigo de opinião, no qual tentarei abordar a temática de como a “floresta” é percecionada pela sociedade em geral, maioritariamente leiga em termos técnicos mas suficientemente detentora de “verdades” tendencialmente penalizadoras para o setor florestal, e que se difundem nos meios de comunicação social, sobretudo nos períodos estivais posteriores ao trágico ano de 2017, em que os incêndios enchem as capas de jornais e são tema de abertura de noticiários televisivos.

1. <https://fronteirasxxi.pt/economia-da-floresta/>



Antes de mais, será relevante esclarecer a utilização do grafismo “floresta” no parágrafo anterior. De facto, o que a maioria da população conhece como “floresta” eu interpreto como território ou paisagem. E esta simples alteração de conceito pode ajudar, e muito, a inverter a atual conotação negativa, e tão desfavorável, que a sociedade tem do que realmente é uma floresta. Senão vejamos: quando irrompemos por essa internet adentro e nos deparamos com as notícias num qualquer motor de busca sobre o termo “floresta”, invariavelmente a grande maioria das notícias são sobre incêndios. E, claro está, como que se de uma verdade “de *la Palisse*” se tratasse, as florestas de produção (e as de eucalipto em particular) surgem inevitavelmente como a principal causa para tal flagelo. E este é um dos grandes preconceitos que a nossa sociedade já assumiu como certos e que, invariavelmente, é o mote sempre que a floresta é tema de debate.

Na verdade, os incêndios são uma realidade da nossa paisagem e um agente de ação milenar no nosso território, que atua indiscriminadamente no uso e na ocupação do solo. É verdade que os espaços de floresta são grandes acumuladores de vegetação, e conseqüentemente, de combustível e que, por isso, o risco é maior e a permanência e o efeito dos incêndios nestas áreas é mais sentido. Mas depositar todo o ónus de tamanha catástrofe sobre um setor estrutural para a nossa economia, transmitindo para a sociedade civil o dogma de que “as extensas manchas verdes de floresta de hoje serão os incêndios de amanhã²”, é um erro. Esta

constatação levou, aliás, a que o termo “incêndios florestais” fosse revisto, e atualmente falamos em “incêndios rurais”, exatamente para evidenciar a sua ocorrência sobre o território rural, mais amplo e complexo do que apenas a floresta. Por outro lado, conotar tão negativamente o setor florestal produtivo e as indústrias de base florestal que lhe estão associadas, responsáveis pela gestão de extensas áreas de floresta segundo padrões de gestão florestal sustentável reconhecidos e validados internacionalmente, é de uma injustiça tremenda. Injustiça sobretudo porque, apesar de a sociedade reconhecer a importância ambiental das florestas, é relutante em admitir que as funções de proteção dos solos e dos recursos hídricos, e de conservação ambiental são igualmente cumpridas em florestas geridas de forma sustentável para o cumprimento de um outro objetivo: o de obtenção de produtos de origem florestal (função designada como de produção).

Para o cumprimento dos objetivos de índole climática e ambiental assumidos pelo Estado Português e pela própria União Europeia, e para a intervenção individual que é exigida a cada um de nós na “emergência climática” que vivemos, um dos grandes desafios dos próximos anos no nosso país está, a meu ver, na capacidade da sociedade reinventar a paisagem. E, porque a floresta ocupa

2. Citação de uma intervenção transmitida na reportagem especial da SIC “Floresta Nossa de Cada Dia” - <https://sicnoticias.pt/programas/reportagemespecial/2021-07-04-Floresta-nossa-de-cada-dia-ba9aa36d>

33% do território, na capacidade de reinventar a maneira como olhamos, conhecemos e utilizamos a nossa floresta. Mas esta ação de reinvenção passará sobretudo pela desmistificação de algumas verdades pré-concebidas e de outros tantos preconceitos, e pelo **reconhecimento abrangente do setor florestal como um todo**. Um setor capaz de gerar riqueza ambiental, mas também social e, sobretudo, económica e que, como um todo, a poderá cumprir eficazmente todas as funções que adota de forma una e indissociável (proteção, conservação, produção, silvopastorícia, recreio), e responder a todos os desafios que lhe são atribuídos.

E este reconhecimento pela sociedade de que o papel da floresta é muito mais abrangente do que simplesmente a sua função ambiental é tanto mais premente quando a própria Comissão Europeia publica uma Estratégia Europeia para as Florestas³ que parece negligenciar as múltiplas funções da floresta, doutrinando numa perspetiva unilateral de conservação e de cumprimento exclusivo de objetivos ambientais. A nova estratégia florestal europeia descarta a capacidade da floresta poder acolher em simultâneo múltiplos objetivos e funções, sem que estes se contradigam ou inviabilizem. E o facto da Comissão Europeia publicar uma nova estratégia que assenta nesta

ideia tão limitada do que deverão ser as florestas em 2030 mostra bem como a sociedade civil em geral pensa a sua floresta e o que pretende para o seu futuro.

Parece-me pois fundamental que a sociedade civil seja cada vez mais bem informada, de forma factual, credível e isenta de preconceitos, recorrendo para tal a fontes de informação cada vez mais credíveis e cientificamente validadas, a estatísticas oficiais e robustas, a dados publicados por entidades reconhecidas. Fontes como o portal www.florestas.pt são um exemplo para uma boa comunicação e informação, capaz de desmistificar alguns preconceitos e esclarecer devidamente a sociedade civil. Mais do que doutrinar, a comunicação social deverá ser o veículo para a criação de massa crítica, para a criação de opiniões fundamentadas, para o crescimento de ideias que suportem a reinvenção do nosso território e da nossa floresta. Em última análise, a comunicação de informação descomplexada e abrangente poderia contribuir para que a sociedade civil reagisse de forma crítica e construtiva à publicação da Estratégia Europeia para as Florestas 2030.

3. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52021DC0572>

